

## MORALIDADE LÍQUIDA, LACRAÇÃO E CULTURA DO CANCELAMENTO

### LIQUID MORALITY, LACATION AND CANCELLATION CULTURE

Renato Nunes Bittencourt<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo estabelece uma conexão com o conceito de liquidez estabelecido por Zygmunt Bauman e algumas tendências efervescentes da chamada Modernidade Líquida, em especial o processo de cancelamento de personalidades que porventura desagradem com suas colocações e ações segmentos sociais identitários. A proposta consiste em demonstrar os riscos culturais e sociopolíticos dessa disposição sectária.

**Palavras-Chave:** Liquidez; Vazio Cultural; Idiotia; Cancelamento.

**ABSTRACT:** The article establishes a connection with the concept of liquidity established by Zygmunt Bauman and some effervescent tendencies of the so-called Liquid Modernity, especially the process of canceling personalities that may displease with their placements and actions identity social segments. The proposal is to demonstrate the cultural and socio-political risks of this sectarian provision.

**Keywords:** Liquidity; Cultural Void; Idiocy; Cancellation.

### INTRODUÇÃO

O processo de constituição cultural do que chamamos de Modernidade não é linear, mas acidentado, confuso e multifacetado. Progresso, razão, laicidade, apologia da técnica, gerenciamento da contingência para melhor controle sobre as forças da natureza, tolerância, constitucionalidade política, cosmopolitismo, defesa da liberdade individual perante o poder estabelecido, fortalecimento da identidade nacional, consolidação da vida metropolitana, vários são os eventos que pertencem ao bojo do dito espírito moderno. No entanto, a força ativa que constitui o processo civilizatório moderno é também a que participa da dissolução desse legado. A racionalidade tecnocrática que forja a moderna ordenação social estabelece o rígido controle sobre sua base estrutural e promove uma espécie de automação da existência humana, os mecanismos organizacionais são estabelecidos através de dispositivos que dependem de padrões rígidos de ação. Precisamos, assim, investigar filosoficamente as ambivalências ideológicas da

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor da FACC-UFRJ. E-mail: renatonunesbittencourt@gmail.com

Modernidade. Por conseguinte, convém que adotemos um enfoque crítico ao analisarmos a conjuntura civilizacional na qual estamos inseridos. No entanto, esse exercício reflexivo não significa que queiramos um retorno triunfal ao passado idealizado a-historicamente como melhor, mas que possamos ajustar o que é disfuncional em nossa forma de desenvolvermos as potencialidades da vida humana no decorrer da Modernidade. Em qualquer período de crise civilizacional, fenômenos peculiares ocorrem no seio da cultura e se tornam problemas dignos de nossa atuação intelectual como legisladores e como intérpretes desses tempos difusos.

### **A CONCEITUAÇÃO DA MODERNIDADE LÍQUIDA**

Não há consenso acerca de se estamos na Pós-Modernidade, na Hipermodernidade ou se a Modernidade é um processo inacabado que ainda está em andamento. Pós-Modernidade pressupõe a plena superação de todo o estofo cultural e axiológico que constitui nosso chão civilizacional. Hipermodernidade, por sua vez, significa a tonificação de toda o ideário moderno, e não sua superação por outra instância ou projeto. Já a ideia de inacabamento da Modernidade compreende que estamos ainda em uma lenta fase de construção de um grande paradigma humano, técnico, social e político. No presente texto apresentaremos a definição de Modernidade Líquida cunhada por Bauman, pois consideramos que vivemos um turbulento período de transição sociocultural que afeta toda a dinâmica de nossa estrutura civilizacional. A metáfora da liquidez é de grande importância filosófica pois denota nossa dificuldade em compreender a pluralidade de fenômenos que ocorrem nesse momento de transformação de nosso tecido ideológico e seus efeitos na práxis humana. Com efeito, é no hiato entre os períodos conturbados de mudanças culturais que alguns sintomas de nosso adoecimento civilizacional apresentam as suas nuances mais dolorosas. Nada está sob pleno controle, os fenômenos sociais são parcamente apreensíveis por nossas habilidades operacionais. Vivemos sob os signos da incerteza, da precariedade, da instabilidade, e essa tríade se manifesta em todos os setores de nosso modus operandi. Para Bauman,

A Modernidade descobriu que a condição de volatilidade que origina a insegurança perpétua dos atores pode ser transformada no mais fidedigno

dos fatores de manutenção do modelo. A política de regulação normativa foi substituída pela “política de precarização”. A flexibilidade das condições humanas preenche com a insegurança do presente e a incerteza do futuro acabou por ser vista como sendo a melhor matéria prima para a construção de uma ordem forte e resistente; a vida segmentada em episódios sem peias ao passado nem amarras ao futuro elimina o desafio de estabelecer a ordem de uma forma mais radical do que fizeram as mais elaboradas (e exorbitantemente caras) instituições de vigilância panóptica e de administração cotidiana (BAUMAN, 2010, p. 224-225)

Bauman insere a sua ideia de liquidez na complexa multiplicidade da vida humana nesse período de desencanto civilizacional, onde os afetos como medo e ódio adquirem grande força política e determinam agendas sociais virulentas e agressivas. Xenofobia, militarização social, descrédito na democracia como modelo organizacional das instituições, negacionismo científico e cretinismo religioso são alguns exemplos cruciais desse processo de liquefação da vida moderna, herdeira dos valores humanistas e do processo de esclarecimento cultural. No plano da vida microssocial a liquidez também está presentificada, mediante a desvalorização dos laços sociais mais intensos em favor da volatilidade e da instabilidade. A confiança no outro está cada vez mais perdida, e desenvolvemos uma consciência autocentrada que deseja permanecer intacta:

O direito do Outro à sua estranheza é a única maneira pela qual meu próprio direito pode expressar-se, estabelecer-se e defender-se. É pelo direito do Outro que meu direito se coloca. “Ser responsável pelo outro” e “ser responsável por si mesmo” vêm a ser a mesma coisa. (BAUMAN, 1999, p. 249).

A atomização individual se torna a grande regra de uma cultura narcísica incapaz de se envolver um grande engajamento social. O consumismo de nossa era tecnológica de grande obsolescência das mercadorias adquiridas amplifica a sensação de que temos tudo ao nosso dispor, desde que estejamos economicamente pujantes. O poder financeiro mais do que nunca se torna a chave-mestra que abre todas as portas sociais e dissolve as limitações para a satisfação da nossa grande lista de desejos. As relações humanas são estabelecidas como relações de consumo, em que a personalidade é suspensa e compreendida como uma coisa que pode ser descartada sem qualquer aviso prévio. Conforme salienta Bauman,

A vida na sociedade líquido-moderna é uma versão perniciosa da dança das cadeiras, jogada para valer. O verdadeiro prêmio nessa competição é a garantia (temporária) de ser excluído das fileiras dos destruídos e evitar ser jogado no lixo. (BAUMAN, 2007, p. 10)

O fundamento filosófico do Esclarecimento consistia em pensarmos por conta própria, em termos coragem de pronunciar nossas ideias sem o medo do cerceamento das instituições normativas. Na era líquida, projetamos para outrem a responsabilidade pelo pensar, já que nós mesmos estamos permanentemente desinteressados e preferimos dedicar nosso tempo livre para atividades distrativas. Daí a força agregadora da publicidade na sociedade de consumo, na qual nosso padrão de gosto é influenciado pelas belas imagens sedutoras de uma felicidade asséptica, utópica e intangível. Fazemos das celebridades o norte axiológico para nossa própria forma de vida empobrecida e anônima. Queremos que as celebridades sejam as vozes que enunciariam o que sentimos em nosso âmago, e perdemos assim o discernimento hierárquico acerca do que é bom ou ruim do ponto de vista axiológico.

## **LACRAÇÃO E O ESPÍRITO DE CANCELAMENTO**

No desenrolar de nossa sociedade virtualizada, “lacração” significa o ato de se sair bem em uma dada situação como se tal realização fosse o sucesso absoluto que não poderá mais ser questionado por ninguém. O mesmo se aplica ao processo discursivo, quando uma figura resume em algumas palavras um conteúdo impactante que aparentemente não encontra resposta divergente entre os interlocutores. Eis a chamada cultura da lacração, em que frases de efeito propagadas pelo cosmos midiático substituem o exercício ponderado do pensamento e suas inerentes ambiguidades, impasses e dificuldades reflexivas. A cultura da lacração é binária e unilateral, se torna a verdade sagrada em um mundo desorientado que não aceita aporias e prefere sempre encerrar qualquer tipo de problematização por considerar o exercício do debate perda de tempo destinado para a produtividade ou para o usufruto do lazer (que também é gerenciado de maneira instrumental, de modo a se tornar descanso para compensar o desgaste profissional cotidiano). Nesse contexto de degradação do pensamento crítico, reflexivo e construtivo,

mesmo a autoridade científica-intelectual só adquire respeitabilidade quando se torna mimetizada e submetida ao rito da pasteurização midiática que torna seu discurso palatável para o consumo social. Adorno e Horkheimer expressam com precisão a tese de que

A cultura converteu-se totalmente numa mercadoria difundida como uma informação, sem penetrar nos indivíduos dela informados. O pensamento perde o fôlego e limita-se à apreensão do fátual isolado. Rejeitam-se as relações conceituais porque são um esforço incômodo e inútil (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 184).

Obviamente que há questões de importância social que necessitam ser abordadas de maneira razoável para que alcancem o grande público, mas isso não significa a apologia do empobrecimento do pensamento. A cultura da lacração apresenta sua face de Jano ao criar no espectador-consumidor de informações a ânsia de se alimentar diariamente com as frases de efeito que povoam o seu imaginário repleto de informações heteróclitas. No entanto, quando as ideias apresentadas pela persona celebrada não correspondem ao que consideramos não apenas válido, mas verdadeiro, essa figura até então benquista passa a ser vilipendiada em um processo de julgamento moral, gerando-se assim uma grande decepção existencial e uma crise de valores, já que perdemos nosso referencial no campo de batalha discursiva. Talvez um dos grandes problemas da vigência da sociedade do espetáculo reside no fato de que fazemos da celebridade o porta-voz político de nossos anseios, o que impede a separação entre a fruição estética da obra e as ideias pessoais expressadas pelo autor. Se porventura submetermos toda a herança cultural da humanidade ao crivo do dito “politicamente correto” poucas obras permaneceriam intactas e devidamente aceitáveis pelas exigências puristas do controle ideológico daqueles que se arrogam os detentores da verdadeira normatividade discursiva.

Outrora utilizava-se do recurso do ostracismo para retirar do convívio social personalidades proeminentes em uma comunidade política. A imposição do exílio aos rivais na disputa pelo poder político também é um mecanismo recorrente na sociedade sólida. Em situações mais disruptivas recorria-se aos calabouços e masmorras. Em casos ainda mais violentos as execuções (infamantes ou não) eliminavam da coletividade social o corpo considerado vicioso, impuro, ruim. Nos tempos de nossa democracia liberal cada vez

mais líquida a técnica de exclusão da figura desprezada dá-se pela cultura do cancelamento. Os reacionários/conservadores, pela defesa da família, da moral e dos bons costumes, desferem suas diatribes contra as personalidades consideradas indecentes. Alguns segmentos “progressistas” emulam esses procedimentos através de artifícios similares aos dos juristas mais embrutecidos. O ímpeto de cancelamento alcança a carne dos vivos e desenterra os mortos. Homero, Hesíodo, Platão, Aristóteles, Dante Alighieri, Shakespeare, Descartes, Espinosa, Hume, Kant, Hegel, Darwin, Schopenhauer, Nietzsche, Monteiro Lobato, Sartre, Heidegger, Picasso, Wilson Simonal, Bernardo Bertolucci, Woody Allen, Roman Polanski, dentre tantos outros nomes eminentes em uma lista que jamais seria exaustiva de ser registrada, já sofreram as mais horrendas reprovações morais por ideias apresentadas nas suas obras, por comportamento imputados como desviantes da norma decente ou ainda por supostas práticas traiçoeiras contra alguém. O tribunal do cancelamento não poupa ninguém. Utilizando-se de uma indagação nietzschiana: será que um dia cancelaremos a ideia de Deus tal como estabelecida pelo monótono-teísmo?

A cultura do cancelamento faz tabula rasa de tudo aquilo de formidável criado pela pessoa de gênio: somente os aspectos negativos do caráter e as ações inadequadas dessas figuras são enfatizadas nesse processo de depuração ideológica. É inegável que, no processo de desenvolvimento da cultura, não aceitamos piamente o legado da tradição literária-filosófica sem questionarmos algumas posições pessoais ou problemas axiológicos estabelecidos pelos intelectuais. Sentimos algum nível de mal-estar ao lermos determinadas passagens de alguns autores. Todavia, não podemos separar a obra do seu contexto sócio-histórico, e mesmo que um intelectual apresente as ideias mais estúpidas, não podemos expurgar tais ideias mediante a imposição do silenciamento intelectual. Alguns intérpretes conciliatórios defendem que obras que apresentem alguma argumentação considerada imprópria para a mentalidade hodierna recebam um aparato crítico prévio para que se explicita junto ao público receptor que tal obra foi concebida em uma determinada roupagem ideológica, o que justificaria o uso de expressões e conceitos que são atualmente condenados pela opinião pública esclarecida.

Perspectivas mais radicais defendem a secção ou mesmo a exclusão dessas obras do catálogo, o que é um procedimento efetivamente obscurantista e repleto de orgulhosa ignorância anti-intelectual e anti-humanista. Proibir a publicação de uma obra por seu

conteúdo é um crime contra a inteligência. O grande problema a ser debatido, em verdade, consiste no perigo da aplicação de ideias contrárias ao conceito de dignidade da pessoa humana, ao bem comum e aos fundamentos democráticos da sociedade constituída. O livro de um autor pode conter elementos argumentativos e interpretações que não coadunem com os princípios basilares da humanidade, mas incorre-se em delito apenas se essas ideias absurdas são aplicadas por imbecis. Para que possamos combater ideias horrendas precisamos conhecê-las, e o proibicionismo editorial apenas mitifica obras desprovidas de cientificidade e de rigor conceitual, favorecendo inclusive a fabulação maliciosa acerca dos conteúdos desses livros vedados. Não podemos proibir alguém de pensar de maneira contrária ao bom senso, mas podemos impedir que tais ideias causem estragos na esfera pública mediante sua concretização. É algo bastante distinto da difusão orquestrada de Fake News e de discursos negacionistas que visam claramente confundir a esfera pública para que ela adote medidas erráticas em sua conduta e assim permitam a instauração do caos social. De toda maneira, trata-se de um debate que merece maiores desdobramentos argumentativos e outros pontos de vista.

O niilismo da humanidade líquida se caracteriza pela necessidade de orientação ideológica em um mundo de incertezas, regido pela precarização de toda forma de sustentação humana em uma realidade fluida. O fenômeno da lacração discursiva faz parte do processo de liquefação da cultura, pois a autoridade intelectual, talhada pela experiência de vida repleta de superações, pelo aparato formativo dos livros e sobretudo pelo desenvolvimento da personalidade autônoma, cede lugar ao ativista manipulador da opinião de seu rebanho identitário atrelado ao segmento progressista do espectro político. Encontramos a disposição lacradora nos mais diversos segmentos da nossa sociedade informacional. O advento da cibercultura ampliou as possibilidades comunicacionais para uma legião de indivíduos que até então eram desprovidos de espaço para discursarem e apresentarem as suas ideias perante uma esfera pública ubíqua e integrada na rede virtual. Se ocorreu uma espécie de democratização discursiva, por outro lado ocorreu a perda do controle de qualidade do que propaga na Internet. Os influenciadores digitais, através de indústria de memes e discursos simplificados convenientemente adaptados para o consumidor virtual, se tornam os soberanos da cultura líquida, e assim se consolidam como poderosos lacradores junto aos seus fiéis seguidores, ávidos por mensagens

impactantes que tonifiquem suas existências desorientadas. Substituímos a legitimidade intelectual pela idiotização discursiva que visa arregimentar um exército de seguidores-consumidores para os produtos estandardizados divulgados pelo influenciador digital, que nos ensina todas as técnicas para sobrevivência em nossa selva de pedra mundana: “Vivemos numa sociedade que nos demanda uma atividade contínua, ainda que vazia. Em vez de reflexão, contemplação e dúvida, o sujeito é compelido a agir, respondendo a uma demanda do Outro” (BUCCI & KEHL, 2009, p. 100).

O lacrador que se diz de esquerda presta um desserviço para essa pauta política, pois o seu gozo retórico em propagar mensagens de impacto embotam a percepção apurada dos fatos e desvitaliza qualquer tentativa de atuação concreta na realidade. O lacrador, no fundo, é um filisteu que se considera culto e que se embebeda com palavras espalhafatosas desprovidas de enraizamento na práxis social. O lacrador anseia pela visibilidade espetacular, pelas curtidas dos seus seguidores nas redes sociais. O lacrador considera que pode combater os dispositivos autoritários apenas com palavras de ordem, as quais, repetidas ad nauseam, perdem seu impacto político e narcotizam o ímpeto de intervenção na práxis, tornando-se assim uma verborragia light. O fascismo originário não foi erradicado com palavras ao vento ou com gritos histéricos de rebeldes assépticos e insípidos imersos em uma razoável zona de conforto, mas sim através da mobilização de corpos políticos comprometidos com a liberdade concreta que somente seria conquistada através da erradicação física do poder necrófilo e autoritário, e esses combatentes enfrentaram o risco de morte por esse intento emancipador, eliminando sem piedade os tiranos destruidores da democracia social.

O lacrador, usualmente um típico pequeno-burguês, permanece seguro no recôndito do seu lar e certamente delataria os seus companheiros na primeira seção de tortura caso estivéssemos em um regime de exceção, pois o seu corpo não foi talhado pela luta de classes, o seu intelecto não conhece a dureza cotidiana da vida proletária. Não podemos deixar de ponderar: é melhor um conservador esclarecido do que um dito progressista que apenas esbraveja slogans, que, no fundo, expressam o seu ressentimento contra a realidade vigente e que evidenciam sua impotência moral diante da desestruturação social em que ele se situa, incapaz de enfrentar as contradições do mundo. O lacrador pressupõe o purismo ideológico como sua grande qualidade moral, mas na verdade o seu palavreado e a



sua prática social são um amálgama difuso de opiniões, preconceitos e valores. Para que ocorra a possibilidade de mudar o mundo, não bastam palavras de impacto, mas também vontade encarnada de agir na práxis e, quando necessário, estabelecer acordos, recuar quando inevitável. Para o lacrador somente sua utópica causa revolucionária é digna de valor, mas a ansiada revolução nunca ocorre e se transforma em tétrica reatividade existencial.

O lacrador, caso perca seu orgulho intelectual de se considerar a nata do pensamento crítico contra o establishment, ao menos pode ser reeducado, em um exercício profundo de reflexividade e compreensão do verdadeiro sentido da ação política concreta. Caso não se submeta ao crivo da autocrítica, o lacrador é apenas um idiota útil para as governanças disruptivas, que controlam os meios de comunicação e as redes sociais através de estratégias comunicacionais muito mais certeiras do que as empregadas pelos ciberativistas progressistas desconectados, todavia, do cerne concreto. O discurso do lacrador não alcança o âmago das massas empobrecidas, dos favelados, dos trabalhadores desprovidos de representatividade coletiva, tornando-se apenas um discurso inócuo glorificado por seus companheiros de boemia partidária-militante. O lacrador discursa contra os fascistas, mas o povo humilde sequer compreende o que é o fascismo e seus efeitos devastadores sobre sua própria vida (o povo comum, adorador da autoridade mítica, não quer lutar pela sua liberdade política, mas manter suas condições básicas de subsistência).

A cultura da lacração expressa a rebeldia estudantil contra o status quo através de encenações chocantes que visam impactar a ordem social através do desejo de libertação sexual, mas essas ações espetaculosas apenas escandalizam uma conservadora massa social, afastando-a de qualquer conexão com as pautas de uma esquerda cirandeira desvinculada de qualquer aderência real com as periferias sociais e seus problemas funcionais. A defesa pelo direito incondicional ao aborto não pode preceder a luta pelo controle dos meios de produção pelos trabalhadores, pelo barateamento das condições fundamentais de vida (alimentação, vestuário, saúde, higiene, energia) pela efetivação da reforma agrária e da reforma do espaço urbano, pelo pleno emprego e pela ampliação dos direitos trabalhistas, pelo fortalecimento dos sindicatos, pelo investimento público em educação, ciência e tecnologia ao serviço da sociedade. Pautas identitárias só se tornam

dignas quando inseridas no grande processo de transformação estrutural da sociedade capitalista.

Desde que o seu comportamento privado não afete o bem comum, o indivíduo deve ser livre para fazer o que considerar mais conveniente para obter sua felicidade. Todavia, a mentalidade lacradora, imbuída de um sedicioso liberalismo dos costumes, constrói para si um modo de vida hedonista sem qualquer outro compromisso maior com a transformação social: sua adesão ao progressismo político é instrumental, apenas um meio para alcançar os seus objetivos egoístas. As liberdades civis somente são concretizadas quando as estruturas opressivas e injustas da sociedade capitalista são modificadas. Ser radical é ir à raiz dos problemas, mas o lacrador é superficial e monotemático. O lacrador da política é picado pela peçonha da lacraia moralista, como se apenas por seu verbo encantado pretensamente virtuoso conseguisse mudar a ordem das coisas. Tanto pior, o consumo excessivo de substâncias psicotrópicas pela militância autoindulgente retira desses quadros o senso de disciplina político-partidária e se tornam lenitivos para as dores do mundo. Esse é um dos equívocos da lacração estudantil, galvanizada por centros acadêmicos degenerados que contestam a autoridade pedagógica, mas são incapazes de fornecer alternativas substantivas aos problemas do mundo, atirando-se em um profundo conformismo profissional posterior. Enquanto isso, pastores-ladrões, políticos oportunistas e outras escumalhas ao serviço do reacionarismo plutocrático conseguem arregimentar os desvalidos sociais, mantidos em constante estado de dominação econômica e ideológica.

A sonhada neutralidade epistemológica-ideológica não existe. Não vejo qualquer empecilho no intelectual que exerce militância política e que se encontre, pela necessidade vigente, a escrever de maneira panfletária. Muitas são as possibilidades discursivas para que o intelectual exponha suas ideias, e o calor do momento exige usualmente um tom mais inflamado. No entanto, o intelectual depende de um público que recepcione as suas ideias, e caso esse público não concorde com a adoção desse estilo ou com o conjunto da obra, a responsabilidade é do autor. Há aqueles que adequam sua escrita e o conteúdo das ideias ao interesse do público-consumidor, mas não cabe aqui qualquer tipo de objeção contra esse procedimento. Se um intelectual renuncia ao senso crítico, ao rigor analítico e deixa de fazer uso da racionalidade lógico-discursiva pelos motivos mais recônditos, talvez

o possível sucesso imediato conquistado se torne posteriormente um retumbante fracasso e um inerente processo de esquecimento junto ao público. Mas cada um deve nortear sua trajetória autoral da maneira que considera mais razoável para as suas expectativas pessoais.

O campo de combate deve ser o das ideias. Caso contrário, em nada seremos diferentes dos inquisidores e dos autoritários queimadores de livros em praça pública. Grupos que se arrogam “progressistas”, autoproclamados detentores da verdade moral da realidade, condenam toda forma de pensamento contrário ao que defendem sem que exerçam a ação contestatória do divergente através da intelectualidade, do debate, da arte dialética. Se outrem não concorda comigo, que ele seja silenciado, eis a diretriz cega do ativista desprovido de racionalidade crítica. Para rechaçarmos uma ideia precisamos conhecer profundamente as bases intelectuais que fundamentam essa ideia, e tal exercício vigoroso de análise, reflexão, mapeamento textual, é a marca de qualquer grande pensador. Na “intelectualidade líquida”, criticamos aquilo que não concordamos sem sequer conhecermos adequadamente o que criticamos. Em uma conjuntura social de parco letramento, poucas são as pessoas capacitadas a exercer o ofício da objeção. Contudo, o homem-massa se sente no direito de se posicionar sobre todas as coisas, pois agora ele ocupa a tribuna discursiva e possui os recursos técnicos para isso, e assim os dejetos pseudointelectuais se multiplicam no mundo: “O que é característico deste momento é que a alma vulgar, sabendo-se vulgar, tem o denodo de afirmar o direito à vulgaridade e impõe-no onde quer que seja” (ORTEGA Y GASSET, 1989, p. 45)

Talvez um dos sintomas de nosso esvaziamento cultural existencial resida na tendência de elegermos figuras de destaque midiático como as porta-vozes para a expressão dos nossos anseios morais. Basta uma celebridade apresentar uma postura aparentemente representativa e logo acoplamos nossas perspectivas ideológicas nessa persona famosa. Contudo, nem toda celebridade apresenta coerência em sua visão de mundo, e usualmente ficamos frustrados quando ocorre um descompasso entre nossas valorações e uma determinada ação da celebridade, e aí nasce o ressentimento e o desencantamento para com a grande figura midiática até então mitificada: “Quem não for como toda a gente, quem não pensar como toda a gente, corre o risco de ser eliminado” (ORTEGA Y GASSET, 1989, p. 45). Talvez a sabedoria prática primordial consistiria em

separarmos a criação de um autor das suas opiniões políticas. No entanto, na dimensão concreta sabemos o quão difícil é estabelecermos essa distinção. Um exercício cultural mais intenso consiste em adotarmos um posicionamento mais cético para com a efervescência proliferativa das celebridades, pois em sua grande parte essas pessoas alçadas ao mundo da fama são desprovidas de consciência de classe, enraizamento em movimentos sociais de base e adoção de perspectivas efetivamente progressistas e, não podemos esquecer, são personas que muitas vezes possuem parca formação cultural: “O homem se converte em escravo ao idolatrar personagens e ideias sem substância que a massa mitifica” (ROJAS, 1996, p. 124). Uma celebridade pode fazer apologia do amor livre e da libertação sexual e defender políticas públicas contrárias aos interesses do bem comum.

As pautas identitárias são legítimas e importantes para que determinados grupos conquistem não apenas visibilidade social, mas também capacidade de engajamento político e inerente representatividade na complexidade das relações institucionais. Porém, a luta pela causa identitária não pode ser alheia ao reconhecimento das contradições econômicas que vigoram na sociedade capitalista e que perpetuam a violenta hierarquização entre as classe sociais, ainda que muitas vezes essa violência se manifeste em caracteres velados. Um dos problemas fundamentais do sectarismo identitário consiste na disposição tacanha de seus defensores mais ferrenhos se manterem em uma redoma autocentrada perante a pluralidade de conflitos sociais da realidade, criando-se assim um fetichismo ideológico no qual não se consegue reconhecer os discursos e demandas de outros grupos. A erupção da “apropriação cultural” nos grupos identitários expressa a incapacidade desse segmento se acoplar aos problemas estruturais de nossa sociedade violenta e excludente. Todo processo cultural é um jogo de forças, relações de poderes em conflito, trocas sutis nem sempre visibilizadas socialmente.

Ao se cunhar o termo “apropriação cultural” e se estigmatizar pessoas que supostamente não teriam o direito social de se utilizar de determinados adereços miticamente associados a um segmento étnico originário, os identitários forjam uma teia fetichista na produção histórica de uma coisa, talvez por ignorância acerca de como determinado símbolo ou objeto adquiriu proeminência e evidencia no seu uso social. Perde-se uma grande quantidade de energia política nesse tipo de contestação moral

acerca da legitimidade do uso dos signos culturais por outros grupos alheios, enquanto isso as pautas reacionárias muito bem orquestradas pela plutocracia autoritária avançam nos debates institucionais. Por conseguinte, um grande erro tático cometido pelos ditos grupos progressistas reside justamente na sua incapacidade de compreender a totalidade de contradições das relações sociais, mantendo-se assim comodamente em uma visão míope e unilateral de mundo. Não basta que tenhamos mais mulheres, negros e comunidade LGBTQI+ nas organizações privadas e públicas se porventura esses indivíduos reproduzem em suas atividades pessoais e profissionais os mesmos procedimentos opressivos que impedem a ruptura com as rígidas barreiras verticalizadas de nossa sociedade plutocrática.

Se alguém que outrora foi oprimido alcança um cargo de poder e se torna opressor sobre outras pessoas estruturalmente oprimidas, esse novo opressor é um cretino que rasga a história da luta por reconhecimento e por inclusão dos demais membros de seu grupo. Nessas condições, o que deve ser levado em consideração em qualquer política afirmativa das diferenças não é a quantidade de pessoas de segmentos minoritários que exercem funções proeminentes em nossa sociedade classista, mas a qualidade política presente nas ações dessas pessoas. Caso contrário, apenas teremos eleitos que se emanciparam da opressão que sofriam em seus guetos identitários, e que agora reproduzem pelos mais diversos motivos os mesmos mecanismos opressivos aos quais foram submetidos ao longo das suas trajetórias existenciais. Ninguém é moralmente superior aos demais grupos apenas por ser um oprimido. A dignidade humana é conquistada pelo enfrentamento aos dispositivos opressivos do sistema excludente de nossa sociedade classista e pela tentativa de destruir as suas bases em prol de uma sociedade includente, inclusiva, tolerante, democrática. Percebemos que muitos indivíduos pertencentes aos grupos oprimidos apenas anseiam em participar, sem maiores entraves, das ofertas maravilhosas da sociedade de consumo. Por isso encontramos tantos segmentos imputados como minoritários infestados de quadros que são efetivamente reacionários politicamente e que se orgulham dessa proeza. Não pretendem transformar a realidade, apenas adaptá-la para as suas próprias aspirações individuais. Ninguém deve ser obrigado a participar de um processo emancipatório, mas a pessoa que abdica de tal compromisso social não pode reclamar posteriormente se ninguém lutar por ela em um momento de necessidade, pois ela mesma, em seu egoísmo estúpido, não se comprometeu

com ninguém. Pretender que outrem lute por mim quando eu mesmo não me engajo em uma luta emancipatória é uma mesquinha vilania oportunista digna do esgoto da história.

Mesmo na dimensão laboral, muitos trabalhadores apenas pretendem obter um relativo aumento salarial e a consolidação dos seus direitos trabalhistas, pauta, aliás, justíssima. O problema é que grande parte desses trabalhadores, seduzidos pelo fetichismo da mercadoria, aceitam se submeter aos mais degradantes regimes laborais se porventura obtiverem maiores ganhos salariais, perpetuando assim a dinâmica capitalista da exploração e a própria tônica da sociedade de consumo, que depende da ampliação do poder de compra das massas para que o mercado se mantenha aquecido. Digamos que um trabalhador desprovido de consciência de classe, realizador de funções insalubres e degradantes do ponto de vista psicofísico, obtivesse a triplicação de seu salário para realizar as mesmas atividades ou mesmo para aumentar um pouco a sua jornada de exaustão em nome de um pequeno abono nos vencimentos, ele certamente aceitaria de bom grado essa situação, pois a ampliação do seu poder aquisitivo atenuaria, em sua consciência alienada, o mal-estar metabólico sofrido em sua jornada cotidiana de exploração laboral, para maior satisfação da plutocracia, tanto a que absorve sua vitalidade produtiva, como a que absorve o seu dinheiro pela dinâmica do mercado.

A (mal)dita “cultura do cancelamento” é a tentativa de se extinguir a pessoa desagradada por meios lícitos. Conforme o agressivo jargão policial, um criminoso morto é um CPF cancelado. Já na virtualização social, quem porventura manifesta algum comportamento ou enuncia um discurso que não é aceito pela massa de seguidores corre o risco de ser vituperado, permanecendo sempre sob o olhar eletrônico que fiscaliza tudo. O aparato disciplinar do Panóptico está virtualizado e difuso. A patrulha digital nunca deixa passar nada que contrarie suas perspectivas opinativas. Obviamente que algumas enunciações digitais são dignas de despreço e merecem todas as críticas incisivas, mas é fundamental que haja um bom senso no limite normativo que pretendemos impor aos discursos pronunciados por nossos contatos nas redes sociais. Posicionamentos antidemocráticos, homofóbicos, racistas, misóginos e intolerantes devem ser vituperados pela sociedade esclarecida. No entanto, é fundamental que tenhamos sempre discernimento nesse processo de contestação acerca das enunciações com as quais não concordamos. Na experiência concreta, percebe-se que quem anseia permanecer na

visibilidade da fama não pode contrariar aos adoradores digitais, seja por discursos contrários ao entendimento da massa de seguidores, seja por preferir adotar uma postura de isenção em relação a alguns temas dos quais a opinião pública exige posicionamento explícito. Sem dúvida é um tema polémico, mas há um traço autoritário na exigência de que uma personalidade midiática sempre se encontre na obrigação de expor sua perspectiva política-ideológica para que possa perpetuar a adesão dos seus seguidores.

O ato de se cancelar alguém está inserido na grande dinâmica da sociedade de consumo, pois nossa aderência inicial para com a pessoa que é cancelada se fundamentava em disposições utilitárias e instrumentais. As práticas de cancelamento expressam de maneira nítida a penetração de elementos liberalóides no ativismo identitário que propaga esse procedimento, afinal, não há oposição necessária entre progressismo político e aspectos ultraliberais apresentados com roupagem mais suave para a coletividade social para que esta aceite a agenda de reformas estruturais da coisa pública (o resultado mais tétrico consiste na perda da combatividade dos ativistas progressistas em prol de conquistas políticas menores que não transformam a ordem violenta do regime capitalista). Tratamos a pessoa cancelada como uma coisa a ser descartada, uma coisa desprovida de substancialidade, ou seja, uma reconfiguração da experiência produtiva da reificação aplicada na dinâmica de um modo de sociabilidade cada vez mais esvaziado de compromisso intersubjetivo. Assim como estabelecemos relações fugazes com outrem para aproveitarmos o gozo sensível que essa pessoa nos proporciona em nossa busca pela felicidade jamais concretizada, assim também na cultura do cancelamento enxergamos nossos interlocutores comuns ou figuras adoradas como trampolins para nossa própria autossatisfação, em uma interação efervescente que pode ser interrompida sem aviso prévio. Toda alteridade é suprimida nessa prática excludente de se cancelar alguém. A figura cancelada se dissipa na grande dinâmica da sociedade espetaculosa, que estabelece as relações humanas através da mediação das imagens.<sup>2</sup> O mundo exterior deve espelhar o caráter autocentrado do sectarista que decide desaprovar a existência da pessoa que lhe é axiologicamente incompatível. Nesse processo explicitamente reativo, a busca por unanimidade não ocorre pelo convencimento, mas pela exclusão do divergente. Ninguém é

---

<sup>2</sup> “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 2006, p. 14).

obrigado a gostar de outrem, não é esse o problema axiológico que ocorre usualmente nas táticas de cancelamento. Cancelamos alguém que realiza uma ação ou profere um discurso que não corresponde aos nossos anseios particulares e não cedemos oportunidade nem mesmo para o exercício do perdão ou para a retratação da pessoa que pronunciou o discurso que viola nosso senso moral de razoabilidade e de justiça. Se alguém comete um erro conforme nosso sanguinário juízo moral, essa pessoa não pode jamais ser absolvida em nosso violento tribunal líquido, extremamente inflamável para arrasar reputações. Toda palavra ou ato impróprio são imperdoáveis. Esse processo de cancelamento usualmente é hipócrita, pois uma pessoa desagradada é submetida ao julgamento expiatório desse público punidor, mas as instituições usualmente não o são. Um caso para análise: um aluno estridente de um curso de área organizacional, que constantemente manifesta diatribes contra professores ou determinadas figuras públicas, realiza atividades de estágio em uma empresa contumaz na violação dos direitos trabalhistas, da devastação ambiental, além do fato de essa organização apoiar explicitamente governanças autoritárias alheadas de qualquer comprometimento democrático. Qual a legitimidade que esse jovem estudante (imbuído de um idealismo pueril e unilateral) possui para cancelar pessoas com as quais manifesta o seu desagravo ideológico ao mesmo tempo em que se submete tranquilamente ao crivo normativo de uma empresa completamente descompassada em relação ao bem-estar socioambiental? Certamente esse jovem sectário jamais deixaria de trabalhar em uma empresa do tipo em nome dos seus ideais pseudorrevolucionários, pois o dinheiro suplanta o seu ideário político esvaziado de concretude. Esse tipo de aluno não hesita em adotar subterfúgios vis (cola nas avaliações ou plágio de trabalhos acadêmicos) para driblar as adversidades acadêmicas fundamentais para a boa forja profissional, mas jamais aceita ser afetado em seus pretensos direitos inalienáveis. A cultura do cancelamento é assim um tristonho niilismo da era líquida, niilismo travestido de engajamento político.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A autenticidade do pensamento sempre foi perigosa para aquele que adentra na seara da análise e da crítica sociocultural da realidade. Precisamos resgatar o espírito



agonístico do conflito de ideias que movimentam o campo dos discursos, e para tanto o irenismo do consenso pode talvez vir a ser prejudicial para o progresso do conhecimento. Não podemos denunciar os disparates de nossos adversários políticos e sermos convenientemente lenientes com aqueles que estão em nosso lado da trincheira, pois esse comodismo intelectual somente ajuda a perpetuar procedimentos que estimulam a consolidação de práticas autoritárias que tanto criticamos. Por isso a cultura do cancelamento, fenômeno típico de nossa liquidez moderna, não pode ser naturalizada como uma tática viável para nos sobrepormos aos nossos rivais nos mais diversos segmentos sociais. Uma vez que a vida líquida é marcada pela incerteza, pela fluidez, pela andar bamboleante, todas as garantias e certezas são rapidamente dissolvidas, então se no momento estamos em um esteio seguro, podemos instantaneamente dissolvermos nossas bases de sustentação sociocultural por uma poderosa ação externa ou por nosso próprio erro, e assim todo prestígio granjeado se esvai. Quem cancela agora talvez seja cancelado depois, então a moderação e a sensatez são fundamentais em nosso critério de avaliação de nossas relações sociais.

## REFERÊNCIAS

**ADORNO**, Theodor & **HORKHEIMER**, Max. Dialética do Esclarecimento. Trad. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

**BAUMAN**, Zygmunt. Modernidade e Ambivalência. Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. A sociedade sitiada. Trad. de Bárbara Pinto Coelho. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.

\_\_\_\_\_. Vida Líquida. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

**BUCCI**, Eugênio & **KEHL**, Maria Rita. Videologias. São Paulo: Boitempo, 2009.

**DEBORD**, Guy. A Sociedade do Espetáculo /Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo. Trad. de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

**ORTEGA Y GASSET**, José. A Rebelião das Massas. Trad. de Artur Guerra. Lisboa: Relógio d'Água, 1989.

**ROJAS**, Enrique. O Homem Moderno. Trad. de Wladir Dupont. São Paulo: Mandarim, 1996.